

EQUATORIAL ENERGIA S.A. | Companhia Aberta de Capital Autorizado | CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73

continuação

de 3 (três) anos. As obras foram concluídas e energizadas em 4 etapas de entrega, sendo a primeira em 01 de junho de 2019, compreendendo 13% da receita, referente a SE Rurópolis, o Compensador Síncrono de reatores. A segunda em 24 de setembro de 2019, compreendendo 10% da receita, referente à LIT Xingu – Altamira e Se Xingu. A terceira ocorreu em 12 de janeiro de 2020, compreendendo 19% da receita, referente a LT Altamira – Terceira Etapa. A quarta e última etapa de entrega ocorreu em 15 de outubro de 2020, compreendendo os demais 58% da receita, referente a LT Transamazônica – Tapajós e a SE Tapajós. Desde as presentes datas estarem recebendo a RAP (Receta Anual Permissiva) da ANEEL no valor de R\$ 5,4 milhões, referente a 12 meses de prestação de serviços. A ANEEL autorizou a redução de 82% em relação ao ano anterior. Os investimentos foram concentrados na aquisição de equipamentos sobressalentes e infraestrutura. **GERACÃO:** Na GERAMAR foram investidos R\$33,838 milhões no exercício de 2021, e refere-se basicamente à manutenção das usinas que já tiveram suas

obras concluídas no exercício de 2019. **3. Governança Corporativa:** Listada no Novo Mercado, mais alto nível de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), a Equatorial Energia S.A. possui uma Companhia comprometida com as melhores práticas de governança corporativa e com a transparência na relação com seus investidores e acionistas. Diferenciais de governança corporativa: 100% de tag along aos acionistas minoritários; 1. Manutenção de, ao menos, dois membros independentes no Conselho de Administração (total de 08 vagas); 2. 75% do capital total como free float, muito acima do mínimo de 25% requerido pelos padrões do Novo Mercado; 3. Obrigação de oferta de compra pelo valor econômico em caso de encerramento de listagem ou de fechamento de capital; 4. Divulgação de operações com títulos de capital aberto em nome de administradores, controladores ou administradores; 5. Adoção de um Código de Ética e Conduta Empresarial; 6. Manutenção de Política de Divulgação de Alto ou Fato Relevante e de Negociação de Títulos por Pessoas Relacionadas; 7. Publicação trimestral, juntamente

com os IRFs, da Demonstração dos Fluxos de Caixa; 8. Divulgação de demonstrações financeiras com o uso de índices IFRS ou o GAAP; 9. Realização de teleconferências de resultados a cada divulgação trimestral. De acordo com o Contrato de Adesão ao Novo Mercado firmado com a B3, o Estatuto da Companhia prevê a utilização de Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos.

Conselho de Administração

Carlos Augusto Bandeira Piani - Eduardo Haiana - Guilherme Mexias Gonçalves
Paulo Jerônimo Leão de Melo Ferreira - Luis Henrique de Moura Aguiar
Marcos Martins - Paulo Roberto Francisco Choccolati

Conselho Fiscal

Paulo Roberto Francisco Choccolati - Conselho Fiscal Eletivo
Saúl de Torres Alves de Lara - Conselho Fiscal Eletivo

Vanderlei Dominguez da Rosa - Conselho Fiscal Eletivo
Claudia Luciana Cecotto de Trola - Conselheira Fiscal Suplente
Ricardo Bertucci - Conselho Fiscal Suplente
Moacir Gilbur - Conselho Fiscal Suplente
Diretoria Executiva
Augusto Miranda da Paes Junior - Diretor Presidente
José Silva Sobral - Diretor
Humberto Luis Queiroz Nogueira - Diretor
Leonardo da Silva - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Sérgio Velloso dos Santos - Diretor
Tim Freire Amado - Diretor

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Ativo	Controladora				Consolidado					
	Notas	2021	2020	2021	Notas	2021	2020	2021	2020	
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	6	541.415	165.569	2.996.598	2.219.546	16	2.957	33.007	4.107.754	2.263.294
Aplicações financeiras	7	2.306.880	642.999	7.374.627	5.397.283		547	304	192.689	63.962
Contas a receber de clientes	8	-	-	5.476.221	3.589.317	17	-	-	2.626.566	2.229.290
Aquisição de combustível - conta CCC				63.197	29.855	18	12.247	3.161	96.110	883.076
Serviços pedidos				605.958	518.041	9	-	-	753.702	-
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	9	-	-	698.729	-	19	3.644	2.763	1.161.032	596.074
Depósitos judiciais	24	283	56	4.025	3.567	20	116	61	216.541	169.208
Instrumentos financeiros derivativos	33.4	-	-	293.020	100.600	21	648.864	547.597	771.321	601.510
Almoxarado				203.710	472.664	23	-	-	49.888	28.337
Dividendos a receber	11	604.025	175.277	6.036	7.463	24	-	-	477.696	296.397
Impostos e contribuições a recuperar	10	35	34	1.215.975	1.240.973	25	-	-	719.648	-
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar				18.776	6.264	305.935	195.413			
Outras contas a receber	12.129	6.071	1.051.710	58.073		24	-	-	826.133	215.811
Total do ativo circulante	15	-	-	1.394.297	709.900	6	1	1	535.100	395.260
Ativo não circulante	3.483.543	996.270	216.900.029	14.645.300		686.862	605.880	12.989.443	8.709.938	
Ativo não circulante										
Fornecedores	16	-	-	179.699	6.695	17	-	-	12.874.889	10.555.285
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	17	-	-	1.322.984	1.091.027	18	2.436.140	562.926	9.640.470	4.117.327
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	1.221.295	967.527	19	-	-	1.081.835	150.598
Planos de aposentadoria e pensão	19	-	-	697.926	1.185.784	20	140.515	50	2.517.663	234.365
Impostos e contribuições a recolher	20	-	-	2.176.191	2.500.284	21	-	-	506.286.195	1.915.750
Encargos setoriais	23	-	-	283	3.567	25	-	-	1.084.678	984.645
PIS e COFINS diferidos	20.5	-	-	-	-	24	-	-	1.608.790	991.184
Provisão para riscos civis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais	24	-	-	-	-	9	-	-	36.592	191.307
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	9	-	-	-	-	22	-	-	894.782	930.606
Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial	22	-	-	-	-	23	-	-	88.336	486.703
Encargos setoriais	23	-	-	-	-	12	17.039	-	-	-
Provisão para perda em investimento	12	-	-	-	-	25	-	-	2.057.000	2.321.932
Instrumentos financeiros derivativos	33.4	-	-	85.120	83.206	26	364	655	31.735	17.716
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	25	-	-	29.144	25.120	27	38.003	34.869	311.254	249.822
Passivo de arrendamento				2.632.061	598.500	28	2.632.061	598.500	34.220.385	23.135.995
Outras contas a pagar				129.192	9.673	21.125,8	328,019			
Total do passivo circulante										
Patrimônio líquido										
Capital social	26.1	4.655.287	3.489.736	6.555.287	3.489.736	26.1	4.655.287	3.489.736	6.555.287	3.489.736
Reservas de capital	26.2	155.745	118.307	155.745	118.307	26.2	155.745	118.307	155.745	118.307
Reservas de lucros	26.3	8.860.055	7.138.924	8.860.055	7.138.924	26.3	8.860.055	7.138.924	8.860.055	7.138.924
Reservas de outros resultados	26.4	(272.001)	(252.943)	(272.001)	(252.943)	26.4	(272.001)	(252.943)	(272.001)	(252.943)
Total do patrimônio líquido		12.756.361	10.462.390	12.756.361	10.462.390		12.756.361	10.462.390	12.756.361	10.462.390
Total do passivo e patrimônio líquido		16.075.284	11.666.770	16.075.284	11.666.770		16.075.284	11.666.770	16.075.284	11.666.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	3.694.527	2.975.089	4.302.509	3.447.653
Ajustes para reconciliação				
Amortização e depreciação	324	118	783.517	713.154
Amortização do direito de concessão	27	-	98.530	114.184
Resultado de equivalência patrimonial	(3.558.641)	(3.147.579)	(66.376)	(33.740)
Variação de ativo de controle, intangível e financeiro	-	-	81.881	98.648
Reversão por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	-	-	(2.303.418)	(1.405.283)
Margem de construção - Transmissão	-	-	19.771	(1.363.793)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	47.814	50.975	2.065.047	1.500.086
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	54.875	-	(612.118)	(352.155)
Aquisição de contratos de energia elétrica	1.442	-	1.442	1.442
Despesa a valor presente	-	-	97.962	73.847
Perdas esperadas para redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(32.920)	493.706
Reversão de títulos baixados	-	-	-	(158.842)
Reversão por redução do provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	5.915	3.604
Provisão e atualização de encargos setoriais	-	-	192.842	122.723
Provisão e atualização para riscos civis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais	-	-	(112.865)	6.175
Reversão por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	-	-	-	(162.791)
Valores a receber (a pagar) da parcela A e outros itens financeiros	(51.600)	-	(1.372.889)	64.331
Aquisição de aplicações financeiras PIS e COFINS diferidos	(24.130)	(24.130)	(382.558)	(129.768)
Impostos e contribuições sociais diferidos	140.465	-	(489.173)	604.847
Impostos de renda e contribuições sociais correntes	-	-	356.098	305.802
Valor justo das opções de compra	5.621	5.548	50.085	65.556
Reversão por redução ao valor recuperável de PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(413.131)	-	(14.875)	(3.115)
Provisão de participação nos lucros	3.619	6.619	79.842	94.224
Plano de aposentadoria e pensão	-	-	92.327	(957)
Atualização da Sub-rogação da CCA	-	-	(15.374)	1.397
Outros em	(76.127)	(34.833)	1.004.055	4.143.015
Contas a receber de clientes	-	-	59.857	(329.645)
Contas a receber - bandeiras tarifárias	-	-	(22.683)	18.207
Aquisição de combustível - conta CCC	-	-	(60.844)	(179.453)
Depósitos judiciais	(227)	(104)	(41.042)	48.376
Almoxarado	-	-	(134.987)	(15.369)
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	14.311	261.306
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(4.180)	(2.331)	(12.560)	(50.953)
Sub-rogação da CCA	-	-	214.559	-
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	-	1.561.095	628.133
Outras contas a receber	(125.577)	(1.600)	(145.217)	(229.259)
Fornecedores	(30.050)	30.926	175.142	250.879
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	246	(420)	(26.564)	(29.625)
Impostos e contribuições a recolher	936	22	692.129	214.485
Contribuição de remuneração sobre o lucro a recolher	-	-	(85.169)	(57.514)
Contribuição de remuneração pública	-	-	6.022	4.541
Encargos setoriais	-	-	(797.359)	(75.401)
Participação nos lucros	(3.740)	(66.421)	(99.812)	(99.812)
Plano de aposentadoria e pensão	-	-	(101.393)	(34.749)
Riscos civis, fiscais, trabalhistas, regulatórios e ambientais pagos	-	-	(6.578)	(91.427)
Outras contas a pagar	5	(14)	259.339	(61.848)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	-	50.846	22.762
Recebimento de dividendos	1.401.307	1.113.330	54.718	22.912
Receita de atividades operacionais	1.182.193	1.098.572	2.225.414	1.615.328
Recebimento de renda e contribuições sociais pagas	-	-	(5.733)	(74.652)
Juros pagos/recebidos	(74.231)	(60.579)	(945.963)	(606.143)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.087.962	1.038.000	1.304.261	3.480.740
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisições de ativo intangível e mobilizado	(2.246)	-	(974.100)	(6.629)
Aquisições de obrigações especiais	-	-	218.977	416.834
Aquisições de ativo financeiro - Distribuidoras	-	-	(2.477.627)	(1.657.699)
Aumento de capital em investidas	(511.420)	(129.898)	-	-
Recebimento de investimentos	(3.818)	-	(51.088)	-
Caixa líquido adquirido na aquisição de investimento	-	-	129.055	-
Redução de capital em investidas	750.000	-	-	-
Aplicações financeiras	(1.612.281)	270.819	(1.586.114)	(1.190.618)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	(1.379.817)	140.921	(4.740.537)	(2.438.112)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	(1.195.500)	(2.334.888)	(1.779.089)
Captação de empréstimos e financiamentos	1.985.400	-	3.693.417	2.705.251
Amortização de debêntures	-	-	(447.524)	(786.398)
Amortização do passivo de arrendamento	(130)	(10)	(23.120)	(19.043)
Recebimento de instrumentos financeiro	-	-	91.806	-
Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial	-	-	(92.885)	(46.826)
Aumento de capital	551	1.030	10.551	1.030
Dividendos pagos	(707.129)	(323.291)	(1.220.079)	(651.476)
Ações em tesouraria	(60.919)	(31.794)	(61.991)	(31.794)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	667.701	(154.665)	4.213.319	(608.265)
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	375.846	(370.744)	770.043	434.343
Caixa e equivalentes de caixa no início	165.569	536.313	2.219.546	1.785.203
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	541.415	165.569	2.996.598	2.219.546
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	375.846	(370.744)	770.043	434.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Receitas	Controladora		Consolidado	
	Notas	2021	2020	2021
Receita de implementação de infraestrutura, O&M e outros, líquidas	-	-	22.917.902	16.799.042
Remuneração de ativos da concessão, líquida	-	-	1.322.984	1.091.027
Receita operacional líquida	27	-	24.240.886	17.890.069
Energia elétrica comprada para revenda	29	-	(12.393.249)	(12.922.271)
Custo de construção	-	-	(3.048.409)	(3.109.221)
Custos de operação	-	-		

continuação

EQUATORIAL ENERGIAS S.A. Companhia Aberta de Capital Autorizado CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73

Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas: A mudança é necessária como consequência direta da reforma; e A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior, ou seja, a base imediatamente anterior à mudança. Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, as controladas da Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, as controladas da Companhia aplicam as políticas contábeis de reconhecimento das alterações de acordo com a **4.6.4 Compensação**. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida e de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.1.6.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilização de hedge:** A controladora direta Equatorial Plau e as controladas indiretas Equatorial Pará, Equatorial Maranhão, CEEE-D, CEA e Equatorial Telemóveis mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de modo estratégica e taxa de juros. As controladas da Companhia não possuem derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do hedge de fluxo de caixa, definido abaixo: **(a) Hedge diretamente afetado pela reforma da taxa de juros de referência:** As controladas da Companhia alteram a descrição do instrumento de hedge apenas se as seguintes condições forem satisfeitas: • Há uma alteração exigida pela reforma da IBOR, alterando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais do instrumento de hedge ou usando outra abordagem que seja economicamente equivalente à alteração da base para determinar os fluxos de caixa contratuais do instrumento de hedge original; e • O instrumento de hedge original não é desreconhecido. **Hedge de fluxo de caixa:** Quando o objetivo de uma estrutura de hedge de fluxo de caixa é reduzir o risco de crédito, a porção efetiva das variações no valor justo dos derivativos é reconhecida em outros resultados abrangentes e é apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do resultado reconhecido em OPA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Conforme CPC 48 (IFRS 9), no início de um relacionamento de hedge, a Companhia e suas controladas formalmente designam e documentam a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilização de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge. Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de hedge, de item gerador de risco e do instrumento de hedge, consulte a seção 4.1.6.6 Compensação e as suas controladas avaliam se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de hedge, incluindo sua análise das fontes de ineffectividade de hedge, e como determinar o índice de hedge, vide nota 33.4. **4.1.7 Capital social: 4.1.7.1 Ações ordinárias:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstradas no patrimônio líquido com o dedução do valor captado, líquida de impostos. **4.1.7.2 Ações preferenciais:** Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, como o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. As ações discricionárias são reconhecidas no patrimônio líquido com base na data da aprovação pelos acionistas da Companhia. **4.1.7.3 Distribuição de dividendos:** A Companhia possui o reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPB 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos. A Companhia registra um passivo contábil distribuído no balanço patrimonial em decorrência do curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos exceto no mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendos adicional" no patrimônio líquido. Dividendo adicional no mínimo obrigatório por lit, contido em proposta da administração elaborada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. **4.1.8 Redução ao valor recuperável (impairment): 4.1.8.1 Ativos financeiros não derivativos:** As controladas da Companhia reconhecem impairment para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos contratuais. A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados com perda de crédito esperada para 12 meses. • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e • Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros possuem "problemas de recuperação" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas dos emissores ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido às controladas da Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente; • A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não identificaram ativos financeiros com problemas de recuperação. As informações sobre as perdas de crédito das controladas da Companhia possuem uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entrando essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos UGCs. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e investimentos difíceis) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Ressaltamos que tais mecanismos estão presentes nos processos de comercialização, podendo as distribuidoras declarar déficit ou sobras de recursos de seus contratos de compra de energia e ambiente regulado - CCEARs. No caso das empresas não adquirem seu portfólio de contratos, a energia excedente aos 105% será classificada como voluntária. Para 2021, as controladas Equatorial Pará, Equatorial Alagoas, CEEE-D e CEA, tiveram a energia excedente aos 105% classificada como involuntária, portanto, apurando um efeito positivo no resultado em virtude do PLD elevado. **5.4 Revisão Tarifária Periódica - Equatorial Pará:** A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em Reunião de Diretoria pública, aprovou o Reajuste Tarifário Anual 2021 da Equatorial Pará, aplicando desde 07 de agosto de 2021, conforme Resolução Holomotária nº 2.920/2021. Considerando os componentes financeiros tarifários, o Reajuste Tarifário Anual 2021 gerou um aumento de 9,01% nas contas de energia. **5.5 Revisão Tarifária Periódica - Equatorial Piauí:** A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em Reunião de Diretoria pública, aprovou o Reajuste Tarifário Anual 2021 da Equatorial Piauí, a ser aplicada desde 02 de dezembro de 2021, conforme Resolução Holomotária nº 2.980/2021. Considerando os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Equatorial Piauí, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário será positivo em 9,95% nas contas de energia. **5.6 Revisão Tarifária Periódica - Equatorial Alagoas:** A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em Reunião de Diretoria pública, aprovou o Reajuste Tarifário Anual 2021 da Equatorial Alagoas, aplicado desde 3 de maio de 2021, conforme Resolução Holomotária nº 2.882/2021. Considerando os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Equatorial Alagoas, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário será positivo em 8,62% nas contas de energia. **5.7 Revisão Tarifária Periódica - Equatorial Maranhão:** Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em Reunião de Diretoria pública, aprovou a Revisão Tarifária Periódica 2021 da Equatorial Maranhão, a ser aplicada desde 28 de agosto de 2021, conforme Resolução Holomotária nº 2.925/2021. Considerando os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Equatorial Maranhão, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário será positivo em 2,79% nas contas de energia. **5.8 Revisão Tarifária Periódica - Companhia Eleticidade do Amapá:** A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em Reunião de Diretoria pública, aprovou o Reajuste Tarifário Anual 2021 da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, a ser aplicada desde 17 de dezembro de 2021, conforme Resolução Holomotária nº 3.009/2021. Considerando os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia de Eletricidade do Amapá, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário será um aumento de 4,80% nas contas de energia. **5.9 Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica:** Para incentivar os consumidores a observar o desperdício de energia elétrica e diminuir o consumo, o Governo Federal lançou um programa que dará descontos para aqueles que reduzem, voluntariamente, os gastos com energia. O Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, criado pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética, vinculada ao Ministério de Minas e Energia do Governo Federal entrou em vigor em 1º de setembro de 2021 com o objetivo de incentivar os clientes/consumidores a economizar energia. As controladas distribuíram o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica integralmente com um passivo de mesmo valor. **6 Caixa e equivalentes de caixa:**

	2021	2020
Cor da Bandeira		
Amarela	Verde	Verde
Amarela	Verde	Verde
Amarela	Verde	Verde
Vermelha Palmar 1	Verde	Verde
Vermelha Palmar 2	Verde	Verde
Vermelha Palmar 2	Verde	Verde
Vermelha Palmar 2	Verde	Verde
Vermelha Escassez Hídrica	Verde	Verde
Vermelha Escassez Hídrica	Verde	Verde
Vermelha Escassez Hídrica	Verde	Verde
Vermelha Escassez Hídrica	Verde	Verde

ampliando o impacto dessas alterações às políticas contábeis divulgadas. **(a) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciais em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. **(b) Outras normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos quando da entrada em vigor dessas normas: • **Imobilização:** Receitas antes de uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); • **Referência à Estrutura Contratual (alterações ao CPC 15/IFRS 3)** (imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12); • **Melhorias anuais para normas IFRS - 2019-2020, 5 Assuntos Regulatórios: 1.1 Bandeiras Tarifárias:** A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2020, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor os custos adicionais de geração elétrica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico. O Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET), Submódulo 6.8- Bandeiras Tarifárias tem por objetivo estabelecer as definições, metodologias e procedimentos de aplicação das Bandeiras Tarifárias. Os valores mensais dos custos financeiros da Conta Bandeiras serão apurados a partir do resultado líquido das receitas e passagens das distribuidoras, de acordo com a situação mensal verificada. Desse modo, as Companhias devedoras passaram a apurar na Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRTB) apenas as receitas excedentes. Já as Companhias credoras da CCRTB passaram a receber, a título de receita, uma parcela desproporcional, proporcional ao valor não coberto por seus próprios recursos. Essa alteração de forma de medição dos custos provenientes das Bandeiras Tarifárias, mitigando o subsídio cruzado entre as distribuidoras e priorizando a alocação dos recursos nas áreas de concessão de origem. Por fim, atualmente, no final do período (mês/abril), a ANEEL irá definir o valor das Bandeiras Tarifárias para o ciclo seguinte, considerando a previsão de variação dos custos de energia relativos ao risco hidrológico das usinas hidrelétricas, à geração por fonte térmica, à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e aos encargos setoriais (Encargo de Serviços do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva) que estão sendo alterados de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Como resultado da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), Medida Provisória nº 1055/2021, com o objetivo de definir diretrizes orientadoras relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Por meio da Resolução nº 3, de 31 de agosto de 2021, a CREG determinou a cobrança da "Bandeira Escassez Hídrica", no valor de R\$14,20 a cada 100 quilowatt-hora consumidos, para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção dos beneficiários da tarifa social. Com isso, ocorre uma aumento da receita de bandeira a partir de setembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, existem quatro लाख de bandeiras: vermelha - palmar 1, com acréscimo de R\$ 0,04KWh, vermelha - palmar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$ 0,004KWh, amarela, com acréscimo de R\$ 0,02KWh e verde, sem acréscimo. O reconhecimento das receitas ocorre mensalmente, na referência competência, conforme demonstrado nas notas do contas a receber e receita, e refere-se ao total faturado de bandeira tarifária conforme acordo do mé, bem como os valores a receber ou a repassar da CCRTB. Em 2021 a 2020, vigoraram as seguintes bandeiras tarifárias:

	2021	2020					
Vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	613.519	723.755	2.338.963	3.676.237	371.366	425.309	1.202.680
Industrial	116.371	23.537	305.766	445.674	87.741	11.316	157.484
Público	392.780	123.550	593.857	1.095.967	237.656	61.234	247.942
Comercial	58.800	250.907	380.958	419.968	110.558	30.242	140.710
Poder público	131.243	36.160	155.420	322.823	75.521	32.248	107.769
Iluminação pública	62.268	13.381	130.462	206.711	70.589	8.329	33.990
Serviço público	80.827	33.599	61.900	175.736	49.543	32.813	115.374
Contas a receber de consumidores faturados	1.458.656	1.012.786	3.836.675	6.305.119	934.402	601.580	1.861.510
Residencial	1.059.890	100.126	773.312	1.933.328	962.731	74.836	504.142
Industrial	88.688	2.344	92.718	188.250	76.531	2.516	51.652
Comercial	441.143	30.599	188.315	660.057	312.336	12.173	85.964
Público	55.533	105.588	155.333	266.454	45.336	4.207	34.538
Poder público	465.697	10.550	219.119	540.466	249.424	7.829	326.934
Iluminação pública	137.859	32.493	27.674	198.026	83.638	1.496	61.617
Serviço público	35.336	1.807	9.293	46.336	109.030	3.363	4.696
Parcelamentos (a)	2.303.209	184.728	1.215.384	3.703.321	1.869.726	106.420	724.190
Parcelamentos (b)	808.289	-	-	808.289	-	-	-
Parcelamentos (c)	116.780	-	-	116.780	-	-	-
(d) AVP- Contas a receber - parcelamentos (d)	(153.170)	-	-	(153.170)	-	-	-
Outros (e)	572.102	-	-	572.102	-	-	-
Total	5.105.866	1.197.516	5.052.059	11.355.441	3.783.322	708.000	2.585.700
(f) Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber	(975.257)	(253.902)	(3.466.726)	(4.695.725)	(588.572)	(118.900)	(1.812.706)
Total (contas a receber e clientes)	4.148.609	943.614	6.105.293	6.659.716	3.194.750	589.100	4.552.844
Circulante	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-

(a) Os parcelamentos são referentes às negociações de faturas em atraso das controladas da Companhia e possuem juros de até 1% a.m.. Os valores dos juros são reconhecidos no recebimento da parcela, por isso não há necessidade de aplicação do ajuste a valor presente. Para os parcelamentos anualmente firmados sem juros ou com taxas baixas, as controladas da Companhia efetuaram o respectivo ajuste a valor presente. (b) Correlação a energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos após o período de encerramento contábil; (c) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modernidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; (d) Ajuste a valor presente sobre o saldo de parcelamentos de longo prazo calculado utilizando a taxa de 9,1% a.a.; (e) Em 31 de dezembro de 2021, refere-se principalmente às despesas de compra e venda de energia no mercado livre de energia - Ambiente de Contratação Livre (ACL) da controladora indireta Solenergias Comercializadora de Energia S.A. ("Solenergias") no montante de R\$ 110.439 (R\$ 153.374 em 31 de dezembro de 2020). Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Solenergias, que foi reconhecido pelo seu valor justo; e (f) O aumento no saldo das contas a receber de clientes foi impactado, principalmente, pela consolidação das contas CEEE-D e CEA. Para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios. **6.2 Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber**

9 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

	2020	Consti- tuição	Amor- tização	Recebi- mento	Baixa	Repassa	Créditos	Reclassi- cação (f)	Aquisição	2021
		(1.712)	(11.070)	(14.980)	2.071	-	-	-	14.212	27.511
Parcela A										
CDE - Conta de desenvolvimento energético	(1.712)	11.070	(14.980)	2.071	-	-	-	-	14.212	27.511
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(12.617)	10.030	45.386	1.287	-	-	-	-	(18.809)	9.950
Rede básica (a)	191.028	89.777	(21.997)	25.967	-	-	-	-	29.655	88.971
Encargos de energia CVA (b)	633.333	193.855	(43.787)	(1.657.107)	-	-	-	-	500.482	393.355
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	(94.211)	1.402.878	64.566	11.441	(96.442)	-	-	-	190.042	1.437.164
Transp. Iluminação (d)	-	(5.470)	(2.604)	-	-	-	-	-	-	8.118
(e) Repasses da Conta-Covid - Parcela A (d)	(605.085)	-	566.703	(15.863)	-	(156.747)	-	-	(101.916)	(292.908)
Outros (m)	156.823	3.447.598	71.127	73.752	(1.753.549)	-	-	-	(182.844)	68.656
Itens financeiros										
Sobrecontabilização de energia (e)	(17206)	(203.668)	(34.302)	(5.654)	(9.277)	-	-	-	-	(25.086)
Neutralização	3.745	3.610	(51.340)	(9.997)	-	-	-	-	51.486	18.766
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(249.782)	(73.929)	111.020	(8.987)	-	-	-	-	-	(51.489)
Ativo financeiro setorial RGR	6.164	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.164)
Constituição/baixa RGR (f)	667.138	-	-	-	(812.530)	-	-	-	-	136.395
Acordo bilateral (g)	81.712	215	(81.790)	-	-	-	-	-	-	27
Acordo hidrológico (h)	(215.410)	-	(104.809)	(171.85)	-	-	-	-	(272)	(33.766)
(i) Repasses da Conta-Covid - Parcela A (d)	(369.814)	-	206.513	(3.812)	-	-	-	-	-	(91.734)
(j) Repasses da Conta-Covid - Parcela A (d)	-	-	14.506	418.395	-	-	-	-	(432.864)	-
(k) Diferimento Reajuste Tarifário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(91.123)
Saldos a compensar	-	-	-	3.723	-	-	-	-	-	(102.824)
Outros (j)	198.405	(230.860)	189.856	(5.837)	(9.277)	(812.530)	-	-	(157.331)	(141.085)
Total	100.972	4.950.122	657.229	(32.375)	(9.277)	(812.530)	-	-	(432.864)	214.144
Outros (j)	261.775	(297.426)	728.456	41.377	(1.782.828)	(812.530)	-	-	(156.747)	168.140

	2019	Consti- tuição	ajuste	Atual- ização	Amor- tizações	2020
Parcela A						
CDE - Conta de desenvolvimento energético	(27.155)	43.202	(9.607)	(583)	(7.569)	(1.712)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	13.539	(22.860)	(561)	(267)	(2.368)	(12.617)
Rede básica (a)	76.871	176.941	(26.469)	2.178	(38.204)	191.028
Encargos de energia CVA (b)	948.668	431.054	(99.057)	(8.160)	(659.625)	633.333
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	(198.435)	(48.988)	10.783	(5.806)	183.425	(54.211)
(e) Repasses da Conta-Covid - Parcela A	(683.686)	-	4.542	(63.615)	(605.085)	-
Itens financeiros	813.692	(637.617)	(125.004)	9.400	(436.268)	156.823
Sobrecontabilização de energia (e)	(42.835)	26.400	3.665	(1.563)	(817)	(17.206)
Neutralização	12.411	21.288	(32.919)	(2.873)	2.071	3.745
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(312.860)	(3.329)	(630)	871	66.166	(249.782)
Ativo financeiro setorial RGR	6.164	-	-	-	-	6.164
Constituição RGR	583.809	21.697	-	61.332	-	667.138
Acordo bilateral (g)	11.466	10.179	134.695	303	(75.	

continuação

EQATORIAL ENERGIAS A. Companhia Aberta de Capital Autorizado CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73

da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, com encerramento a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, é detentora de créditos homologados no valor de R\$ 423.453, que serão quitados da seguinte forma: (i) carência para pagamento de principal e juros até agosto de 2019, com juros capitalizados; (ii) juros de 6% a.a. e pagos semestralmente a partir do último dia de setembro de 2019, e incidentes sobre o valor do saldo do principal; (iii) pagamento do principal (agiu) de março de 2022 a setembro de 2020, inclusive, amortizações correspondentes a 5% a.a. do principal em parcelas semestrais; (iii.b) de março de 2021 a setembro de 2023, inclusive, amortizações correspondentes a 10% a.a. do principal ao ano, em parcelas semestrais; (iii.c) em setembro de 2024, o saldo de 50% (cinquenta por cento) do principal. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a pagar bruto totalizou R\$ 849.955 (R\$ 849.955 em 31 de dezembro de 2020), o qual é representado líquido do ajuste a valor presente no montante de R\$ 147.589 (R\$ 159.164 em 31 de dezembro de 2020), veja detalhes na nota explicativa nº 22 - Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial - Equatorial Pará.

Remuneração de pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração, o Presidente e os Diretores. A remuneração foi baseada em até R\$ 20.500, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2021 (R\$ 26.800 em 22 de maio de 2020). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma remuneração de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia e suas controladas, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas não possuem para suas pessoas-chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de contrato de trabalho. Os benefícios pagos a empregados estão descritos na nota explicativa nº 32 - Benefício por emprego - e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social. Os diretores executivos possuem o benefício de plano de opção de compra de ações e pagamento baseado em ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações dos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 26.7 - Planos de opção de compra de ações. Proporcão de cada elemento na remuneração total paga, referente a 31 de dezembro de 2021, paga pela Companhia:

Table with 5 columns: Conselho de Administração, % Estatuária, Diretoria, % Estatutária, Total. Rows include Salário, Total Remuneração fixa anual, Benefícios diretos e indiretos, Total Remuneração variável.

12.1 Movimentação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto-Controladora:

Table with 10 columns: 2020, 2021, Integração de capital, Aquisição de investimentos, Redução de capital, Dividendos mínimos, Dividendos adicionais, Resultado de equivalência patrimonial, Provisão para perda de desvalorização de investimentos, Mudança na participação em resultados relativos a controladas, Stock options.

Table with 10 columns: 2019, 2020, Aumento de capital, Dividendos mínimos, Dividendos adicionais, Resultado de equivalência patrimonial, Amortização do direito de concessão, Outros resultados abrangentes, Stock options, Opções de Compra.

12.2 Informações das controladas e controlada em conjunto-Controladora: A Companhia apresenta abaixo a posição de suas controladas e controlada em conjunto individualmente.

Table with 10 columns: 2020, 2021, Circulante, Não circulante, Patrimônio líquido, Recelita líquida, Lucro operacional, Resultado financeiro operacional, Imp. renda social, Resultado líquido do exercício.

Table with 10 columns: 2020, 2021, Circulante, Não circulante, Patrimônio líquido, Recelita líquida, Lucro operacional, Resultado financeiro operacional, Imp. renda social, Resultado líquido do exercício.

12.3 Conciliação dos investimentos-Controladora

Table with 10 columns: 2021, 2022, Participação societária, Patrimônio da controlada, Resultado, Equivalência patrimonial (b), Amortização do direito de concessão, Valor do investimento, Intangível de concessão (a), Stock Options, Total do investimento.

Table with 10 columns: 2020, 2021, Participação societária, Patrimônio da controlada, Resultado, Equivalência patrimonial (b), Amortização do direito de concessão, Valor do investimento, Intangível de concessão (a), Stock Options, Total do investimento.

(a) Refere-se ao saldo decorrente da Alocação do Preço de Compra (PPA - Purchase Price Allocation) de seus controladas e (b) Em 31 de dezembro de 2021, o resultado de equivalência patrimonial está bruto da amortização do direito de concessão no montante de R\$ 96.987, conforme item 23 letra (a) do ICP 19. 13 Ativo financeiro da concessão (Consolidado): A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

Table with 10 columns: 2020, 2021, Atualização do ativo financeiro, Transf. de contrato, Ativo financeiro, Baixa, Outros, Reclassificação, 2020.

A concessão das controladas da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. (a) Visando a melhor estimativa de indenização ao final da concessão nas controladas distribuidoras, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário; (b) Correspondem às transferências (biturcação) dos ativos de contrato para ativo financeiro da concessão e ativo intangível; (c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; (d) Saldo proveniente das distribuidoras de energia Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEED) e Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA. Para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios; (e) Saldos provenientes das controladas indiretas Equatorial Maranhão R\$ (22.385) e Equatorial Pará R\$ (22.385) e controlada direta Equatorial Piauí R\$ (11) correspondentes às parcelas financeiras das bases de valores integrantes do ativo financeiro entre as quais destacamos: bases de medidores, transformadores e ligadores de distribuição; (f) Refere-se a reclassificações do ativo financeiro da concessão para o intangível ocorridas na controlada indireta Equatorial Maranhão no valor de R\$ 178.473; e pela reclassificação de R\$ (19.506) dos saldos de 2020, de obrigações especiais que foram reclassificadas em 2021, após a mudança de controle da controlada indireta Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica, para apresentação líquida no ativo, com intuito de atender ao modelo societário; 14 Intangível (Consolidado): O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

Table with 10 columns: 2020, 2021, Atualização do ativo financeiro, Transf. de contrato, Ativo financeiro, Baixa, Outros, Reclassificação, 2020.

*Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%). O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão, conforme ICP 01 (R1) / IFCFIC 2 - Contratos de Concessão. (a) Refere-se ao ajuste a valor justo do ativo intangível em combinação de negócio através da Alocação do Preço Pago - PPA, sendo classificado como intangível por tratar-se de direitos contratuais e outros direitos legais, em conformidade com o CPC 04 / IAS 36 - Ativo intangível; e (b) O saldo apresentado é composto pelo valor pago a título de outorga para exploração da concessão da controlada Concessionária de Saneamento do Amapá. 14.1 Movimentação do ativo intangível

Table with 10 columns: 2020, 2021, Distribuição, Transf. Ativo de contrato, Outros, Reclassificação, Aquisição (d), 2021.

Table with 10 columns: 2020, 2021, Distribuição, Transf. Ativo de contrato, Outros, Reclassificação, Aquisição (d), 2021.

Table with 10 columns: 2020, 2021, Distribuição, Transf. Ativo de contrato, Outros, Reclassificação, Aquisição (d), 2021.

Table with 10 columns: 2020, 2021, Distribuição, Transf. Ativo de contrato, Outros, Reclassificação, Aquisição (d), 2021.

Table with 10 columns: 2020, 2021, Distribuição, Transf. Ativo de contrato, Outros, Reclassificação, Aquisição (d), 2021.

Conselho de Administração, Diretoria, % Estatuária, % Estatutária, Total. Bônus (INSS parte empresa), Outros (INSS parte empresa), Total Remuneração baseada em ações, Valor total da remuneração por órgão. Garantias: A Companhia presta garantia como avalista ou fiadora das Controladas sem ônus nos contratos de empréstimos, financiamentos, fianças e aplicações de seguro. 12 Investimentos: Os principais investimentos sobre os investimentos nas controladas e nas controladas em conjunto estão conforme a seguir demonstradas:

Avaliados por equivalência patrimonial: Equatorial Distribuição, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, Geradora de Energia do Maranhão, Equatorial Serviços, Equatorial Transmissão, INTESA, Equatorial Participações II, Equatorial Participações III, Subtotal, Outros investimentos, Total investimentos, Provisão para perda em investimentos, Equatorial Participações (a), Efeito líquido total.

(a) Representado pelo investimento indireto na CEEED-D, que apresenta passivo a descoberto, mas que possui projeções de recuperabilidade de ativos, utilizados durante a formulação do PPA - "Purchase Price Allocation". Desta forma, não houve necessidade de constatar complemento de impairment sobre os ativos adquiridos da CEEED-D. A Companhia espera, principalmente, receber adquirida, a eletricidade, "turn over" e passa a apresentar patrimônio líquido positivo e pagar dividendos a partir do exercício de 2023.

(a) Correspondem às transferências (biturcação) do ativo de contrato para o ativo financeiro da concessão e ativo intangível; (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; (c) Saldo proveniente das distribuidoras de energia Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEED) e Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA. Para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios; (d) Saldo proveniente das controladas indiretas Equatorial Pará e Equatorial Alagoas, onde o montante de R\$ 214.559 foi contabilizado na Equatorial Pará correspondendo aos custos realizados em obras de manutenção do sistema isolado devidamente autorizados através das Resoluções nº 9.499, 9.500, 9.501, 9.502 e 9.503 de 08 de dezembro de 2020, cujos créditos são oriundos da sub-rogação CCC em contrapartida a obrigações vinculadas e o montante de R\$ 6.940 contabilizado na Equatorial Alagoas refere-se aos bens de comodatado tendo como contrapartida "outros investimentos"; e (f) Referem-se ao encerramento de ordens de serviços referentes às bases de KII Padão - Outras PLT as controladas da Companhia que atuam no ramo de distribuição de energia avaliaram o impacto e confirmaram como base de recebimento e parte associada, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço; (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, comando a receita de tarifa laturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, nenhuma perda esperada para redução

2019, 2020, Adições, Baixas, Ativo Intangível, Ativo Financeiro, Reclassificação, Outros, Aquisição (c), 2021. Em curso, Obrigações especiais (b), Total distribuição, Transmissão.

2019, 2020, Adições, Baixas, Ativo Intangível, Ativo Financeiro, Reclassificação, Outros, Aquisição (c), 2021. Em curso, Obrigações especiais (b), Total distribuição, Transmissão.

Moeda estrangeira (USD), CUCI Citibank, Santander, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Nota promissória, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Nota promissória, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social.

Moeda nacional (USD), Eletrobras, CEEED-GT, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Nota promissória, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social.

Moeda estrangeira (USD), CUCI Citibank, Santander, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Nota promissória, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Nota promissória, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social.

Moeda nacional (USD), Eletrobras, CEEED-GT, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Nota promissória, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social.

12.3 Movimentação da dívida: A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada: Consolidado:

Table with 10 columns: 2020, 2021, Moeda nacional, Moeda estrangeira (USD), Passivo não circulante, Passivo circulante, Total.

12.3 Covenants dos empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos controlados pelas controladas diretas Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, Intesa e controladas indiretas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, CEEED-D, CEA e SPES Transmissoras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 possuem garantias fiduciárias e/ou recebíveis e/ou penhor de ações e/ou aplicações financeiras (contas correntes e investimentos) em nome dos mutuários, cujo não cumprimento durante o período de aplicação, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2021, as controladas da Companhia mantiveram-se dentro dos limites dos covenants financeiros estipulados nos contratos, conforme demonstrado a seguir: Controladas indiretas:

Table with 10 columns: 2020, 2021, Moeda nacional, Moeda estrangeira (USD), Passivo não circulante, Passivo circulante, Total.

Equatorial Maranhão: Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos.

Equatorial Pará: Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos.

Equatorial Alagoas: Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos.

Equatorial Piauí: Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos.

Equatorial Piauí: Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos.

Intangível no valor de R\$ 178.473. (f) Saldo proveniente das distribuidoras de energia Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEED) e Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA. Para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios; (g) Saldo da controlada indireta CEEED-D que correspondem, principalmente, aos valores de PIS/COFINS, que durante o processo de avaliação dos custos das obras do período de 2017 a 2021, identificou-se que os serviços e materiais alocados nas obras foram contabilizados líquidos desses impostos, entretanto, os custos incorridos inicialmente para adquirir um ativo foram registrados pelo valor de aquisição. Desta forma, houve a reclassificação do montante para os ativos incorpórateos no período; e (i) Valores correspondentes às bases de valores integrantes do ativo intangível entre as quais destacamos: bases de medidores, transformadores e religadores de distribuição que correspondiam a direitos de recebimento via faturamento através de sua amortização. Os mesmos foram baixados por não estarem mais em condição de uso e em condições de gerar receitas. As controladas da Companhia concluíram suas análises de impairment e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para o exercício final em 31 de dezembro de 2021. 15 Ativo de contrato (Consolidado): A movimentação do ativo de contrato está conforme a seguir demonstrada:

Distribuição, Transf. Ativo de contrato, Outros, Aquisição (c), 2021. Em curso, Obrigações especiais (b), Total distribuição, Transmissão.

Distribuição, Transf. Ativo de contrato, Outros, Aquisição (c), 2021. Em curso, Obrigações especiais (b), Total distribuição, Transmissão.

Distribuição, Transf. Ativo de contrato, Outros, Aquisição (c), 2021. Em curso, Obrigações especiais (b), Total distribuição, Transmissão.

Distribuição, Transf. Ativo de contrato, Outros, Aquisição (c), 2021. Em curso, Obrigações especiais (b), Total distribuição, Transmissão.

Distribuição, Transf. Ativo de contrato, Outros, Aquisição (c), 2021. Em curso, Obrigações especiais (b), Total distribuição, Transmissão.

Moeda estrangeira (USD), CUCI Citibank, Santander, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Nota promissória, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Nota promissória, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social.

Moeda nacional (USD), Eletrobras, CEEED-GT, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Nota promissória, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social.

Moeda estrangeira (USD), CUCI Citibank, Santander, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Nota promissória, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Nota promissória, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social.

Moeda nacional (USD), Eletrobras, CEEED-GT, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Nota promissória, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social.

12.3 Movimentação da dívida: A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada: Consolidado:

Table with 10 columns: 2020, 2021, Moeda nacional, Moeda estrangeira (USD), Passivo não circulante, Passivo circulante, Total.

12.3 Covenants dos empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos controlados pelas controladas diretas Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, Intesa e controladas indiretas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, CEEED-D, CEA e SPES Transmissoras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 possuem garantias fiduciárias e/ou recebíveis e/ou penhor de ações e/ou aplicações financeiras (contas correntes e investimentos) em nome dos mutuários, cujo não cumprimento durante o período de aplicação, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2021, as controladas da Companhia mantiveram-se dentro dos limites dos covenants financeiros estipulados nos contratos, conforme demonstrado a seguir: Controladas indiretas:

Table with 10 columns: 2020, 2021, Moeda nacional, Moeda estrangeira (USD), Passivo não circulante, Passivo circulante, Total.

Equatorial Maranhão: Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos.

Equatorial Pará: Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos.

Equatorial Alagoas: Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos.

Equatorial Piauí: Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos.

Equatorial Piauí: Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos.

Intangível no valor de R\$ 178.473. (f) Saldo proveniente das distribuidoras de energia Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEED) e Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA. Para mais detalhes, ver tópico 4.4.1 Combinações de negócios; (g) Saldo da controlada indireta CEEED-D que correspondem, principalmente, aos valores de PIS/COFINS, que durante o processo de avaliação dos custos das obras do período de 2017 a 2021, identificou-se que os serviços e materiais alocados nas obras foram contabilizados líquidos desses impostos, entretanto, os custos incorridos inicialmente para adquirir um ativo foram registrados pelo valor de aquisição. Desta forma, houve a reclassificação do montante para os ativos incorpórateos no período; e (i) Valores correspondentes às bases de valores integrantes do ativo intangível entre as quais destacamos: bases de medidores, transformadores e religadores de distribuição que correspondiam a direitos de recebimento via faturamento através de sua amortização. Os mesmos foram baixados por não estarem mais em condição de uso e em condições de gerar receitas. As controladas da Companhia concluíram suas análises de impairment e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para o exercício final em 31 de dezembro de 2021. 15 Ativo de contrato (Consolidado): A movimentação do ativo de contrato está conforme a seguir demonstrada:

Distribuição, Transf. Ativo de contrato, Outros, Aquisição (c), 2021. Em curso, Obrigações especiais (b), Total distribuição, Transmissão.

Distribuição, Transf. Ativo de contrato, Outros, Aquisição (c), 2021. Em curso, Obrigações especiais (b), Total distribuição, Transmissão.

Distribuição, Transf. Ativo de contrato, Outros, Aquisição (c), 2021. Em curso, Obrigações especiais (b), Total distribuição, Transmissão.

Distribuição, Transf. Ativo de contrato, Outros, Aquisição (c), 2021. Em curso, Obrigações especiais (b), Total distribuição, Transmissão.

Distribuição, Transf. Ativo de contrato, Outros, Aquisição (c), 2021. Em curso, Obrigações especiais (b), Total distribuição, Transmissão.

Moeda estrangeira (USD), CUCI Citibank, Santander, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Nota promissória, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Nota promissória, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social.

Moeda nacional (USD), Eletrobras, CEEED-GT, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Nota promissória, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social.

Moeda estrangeira (USD), CUCI Citibank, Santander, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Nota promissória, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Nota promissória, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social.

Moeda nacional (USD), Eletrobras, CEEED-GT, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Nota promissória, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social.

12.3 Movimentação da dívida: A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada: Consolidado:

Table with 10 columns: 2020, 2021, Moeda nacional, Moeda estrangeira (USD), Passivo não circulante, Passivo circulante, Total.

12.3 Covenants dos empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos controlados pelas controladas diretas Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, Intesa e controladas indiretas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, CEEED-D, CEA e SPES Transmissoras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 possuem garantias fiduciárias e/ou recebíveis e/ou penhor de ações e/ou aplicações financeiras (contas correntes e investimentos) em nome dos mutuários, cujo não cumprimento durante o período de aplicação, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2021, as controladas da Companhia mantiveram-se dentro dos limites dos covenants financeiros estipulados nos contratos, conforme demonstrado a seguir: Controladas indiretas:

Table with 10 columns: 2020, 2021, Moeda nacional, Moeda estrangeira (USD), Passivo não circulante, Passivo circulante, Total.

Equatorial Maranhão: Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos.

Equatorial Pará: Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos.

Equatorial Alagoas: Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos.

Equatorial Piauí: Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos.

Equatorial Piauí: Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos, Covenants Empréstimos.



continuação

EQUATORIAL ENERGIAS S.A. | Companhia Aberta de Capital Autorizado CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas da Companhia, diretas e indiretas, possuem vinte e duas emissões vigentes.

Controlada	Emissão	Característica	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Venc. Final	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Total
Equatorial Pará	2ª	(2)(3)(4)(6)(7)	1ª	60.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	27.479	15.533	79.012
Equatorial Pará	2ª	(2)(3)(4)(6)(7)	2ª	23.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	10.284	5.282	29.526
Equatorial Pará (a)	3ª	(1)(3)(4)(5)(6)	1ª	100.331	IPCA + 1,37% a.a.	dez/21	dez/23	128	129.151	129.279
Equatorial Pará	5ª	(1)(3)(4)	1ª	543.033	CDI + 1,1% a.a.	abr/18	abr/23	7.206	542.547	549.663
Equatorial Pará	5ª	(1)(3)(4)	2ª	456.967	CDI + 1,30% a.a.	abr/18	abr/23	7.774	456.968	464.742
Equatorial Maranhão (a)	7ª	(1)(3)(4)(5)	2ª	115.000	IPCA + 5,54% a.a.	out/16	out/23	194	146.729	146.923
Equatorial Maranhão	8ª	(1)(3)(4)(5)	1ª	500.000	107% do CDI	set/17	set/22	5.110	510.000	515.110
Equatorial Piauí	1ª	(1)(3)(4)(5)	Única	400.000	CDI + 1,37% a.a.	dez/21	dez/26	2.996	400.000	402.996
Equatorial Piauí	2ª	(1)(3)(4)(5)	Única	620.000	CDI + 1,10% a.a.	mai/21	mai/23	315.331	309.905	625.236
Equatorial Transmissão	1ª	(1)(3)(4)(5)	Única	800.000	IPCA + 4,92% a.a.	mar/21	mar/36	10.297	836.161	846.458
Equatorial Transmissão	2ª	(1)(3)(4)(5)(6)	2ª	104.500	IPCA + 5,77% a.a.	out/21	nov/24	57	128.503	128.560
Equatorial Transmissão 1 (a)	1ª	(1)(3)(4)(5)	1ª	1.200.000	CDI + 1,5% a.a.	ago/21	ago/26	33.223	1.191.316	1.224.641
CEEE-D	2ª	(1)(3)(4)(5)	1ª	300.000	IPCA + 5,4% a.a.	ago/21	ago/21	5.855	313.533	319.388
CEA	1ª	(1)(3)(4)(6)	1ª	1.003.000	CDI + 1,55% a.a.	dez/21	jun/24	-	1.004.660	1.004.660
CEA	1ª	(1)(3)(4)(6)	1ª	500.000	CDI + 1,28% a.a.	dez/21	dez/24	-	500.199	500.199
Equatorial Transmissão 1 (a)	1ª	(1)(3)(4)(5)	Única	55.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	1.226	63.349	64.575
Equatorial Transmissão 2 (a)	1ª	(1)(3)(4)(5)	Única	45.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	1.005	51.799	52.804
Equatorial Transmissão 3 (a)	1ª	(1)(3)(4)(5)	Única	45.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	1.183	53.763	54.946
Equatorial Transmissão 3 (a)	1ª	(1)(3)(4)(5)	Única	45.000	IPCA + 4,65% a.a.	fev/19	jan/34	780	49.692	50.472
Equatorial Transmissão 5 (a)	1ª	(1)(3)(4)(5)	Única	66.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	578	74.160	74.738
Equatorial Transmissão 7 (a)	1ª	(1)(3)(4)(5)	2ª	130.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	1.462	151.351	152.813
Equatorial Transmissão 8 (a)	1ª	(1)(3)(4)(5)	2ª	102.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/39	abr/39	668	110.339	111.006
Equatorial Transmissão 8 (a)	1ª	(1)(3)(4)(5)	2ª	87.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/39	abr/39	1.021	101.982	103.003
Intesa	1ª	(1)(3)(4)(5)	1ª	100.000	IPCA + 5,42% a.a.	nov/18	out/25	860	118.521	119.381
Intesa	1ª	(1)(3)(4)	1ª	250.000	109% do CDI	mar/19	mar/24	4.822	249.137	253.959
Intesa	1ª	(1)(3)(4)	2ª	150.000	CDI + 1,10% a.a.	mar/19	mar/26	3.224	150.000	153.224
Total								948.763	7.204.339	8.153.093

	2021	2020
Reconhecimento no resultado	606.310	592.329
Ativo financeiro	1.191.316	1.224.641
Passivo financeiro	1.939.467	1.939.467
Total	2.997.093	2.956.437

Empresa	Emissão	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação do Recurso	Encargo Financeiro	Taxa Efetiva com Derivativo
EOTL Energia	5ª Emissão - 1ª Série	1.700.000	dez/2021	Semestral	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,6%	Não se aplica
EOTL Energia	5ª Emissão - 2ª Série	300.000	dez/2021	Semestral	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,7%	Não se aplica
EOTL Transmissão	1ª Emissão	800.000	ago/2021	Semestral	Anual a partir de 2025	Capital de Giro	IPCA + 4,9%	Não se aplica
CEEE-D	1ª Emissão - 1ª Série	1.200.000	ago/2021	Semestral	Anual a partir de 2023	Capital de Giro	CDI + 1,5% a.a.	Não se aplica
CEEE-D	1ª Emissão - 2ª Série	300.000	ago/2021	Semestral	Anual a partir de 2023	Capital de Giro	IPCA + 4,5%	Não se aplica
CEA	1ª Emissão	500.000	dez/2021	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,3%	Não se aplica
CEA	1ª Emissão	1.003.000	dez/2021	Bullet	Bullet	Capital de Giro	CDI + 1,6%	Não se aplica

18.4 Covenants das debêntures: As debêntures contratadas pela Companhia e suas controladas possuem covenants e garantias financeiras (quintuplicadas), cujo cumprimento durante o período de aplicação, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos, conforme abaixo:

Equatorial Pará	Equatorial Maranhão	Equatorial Piauí	Equatorial Transmissão	CEEE-D	CEA
2ª debêntures	7ª debêntures	1ª debêntures	3ª debêntures	2ª debêntures	1ª debêntures
1ª Divida líquida/EBITDA: <3,5	1,3	1,1	1,1	0,7	0,7
2ª Divida líquida/EBITDA: <2	5,1	6,0	6,0	1,7	1,7
3ª Divida líquida/EBITDA: <3,5	1,3	1,1	1,1	0,7	0,7
4ª Divida líquida/EBITDA: <4	5,1	6,0	6,0	1,7	1,7
5ª Divida líquida/EBITDA: <3,5	1,3	1,1	1,1	0,7	0,7
6ª Divida líquida/EBITDA: <4	5,1	6,0	6,0	1,7	1,7
7ª Divida líquida/EBITDA: <3,5	1,3	1,1	1,1	0,7	0,7
8ª Divida líquida/EBITDA: <4	5,1	6,0	6,0	1,7	1,7
9ª Divida líquida/EBITDA: <3,5	1,3	1,1	1,1	0,7	0,7
10ª Divida líquida/EBITDA: <4	5,1	6,0	6,0	1,7	1,7
11ª Divida líquida/EBITDA: <3,5	1,3	1,1	1,1	0,7	0,7
12ª Divida líquida/EBITDA: <4	5,1	6,0	6,0	1,7	1,7

18.5 Covenants das debêntures: As debêntures contratadas pela Companhia e suas controladas possuem covenants e garantias financeiras (quintuplicadas), cujo cumprimento durante o período de aplicação, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos, conforme abaixo:

Equatorial Pará	Equatorial Maranhão	Equatorial Piauí	Equatorial Transmissão	CEEE-D	CEA
2ª debêntures	7ª debêntures	1ª debêntures	3ª debêntures	2ª debêntures	1ª debêntures
1ª Divida líquida/EBITDA: <3,5	1,3	1,1	1,1	0,7	0,7
2ª Divida líquida/EBITDA: <2	5,1	6,0	6,0	1,7	1,7
3ª Divida líquida/EBITDA: <3,5	1,3	1,1	1,1	0,7	0,7
4ª Divida líquida/EBITDA: <4	5,1	6,0	6,0	1,7	1,7
5ª Divida líquida/EBITDA: <3,5	1,3	1,1	1,1	0,7	0,7
6ª Divida líquida/EBITDA: <4	5,1	6,0	6,0	1,7	1,7
7ª Divida líquida/EBITDA: <3,5	1,3	1,1	1,1	0,7	0,7
8ª Divida líquida/EBITDA: <4	5,1	6,0	6,0	1,7	1,7
9ª Divida líquida/EBITDA: <3,5	1,3	1,1	1,1	0,7	0,7
10ª Divida líquida/EBITDA: <4	5,1	6,0	6,0	1,7	1,7
11ª Divida líquida/EBITDA: <3,5	1,3	1,1	1,1	0,7	0,7
12ª Divida líquida/EBITDA: <4	5,1	6,0	6,0	1,7	1,7

A Companhia é avaliada nas seguintes emissões, na qual a aplicação dos covenants se dá de forma consolidada, a saber:

Covenants debêntures	SPE 01	SPE 02	SPE 03	SPE 05	SPE 07	SPE 08	CEEE-D	CEA	CSA
1ª Divida líquida/EBITDA: <4,5	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3
2ª Divida líquida/EBITDA: <4,5	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3
3ª Divida líquida/EBITDA: <4,5	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3

Os indicadores, reportados na nota explicativa 18 – Debêntures, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida e EBITDA contratados, conforme concisos acordados e expressos nos contratos. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças contábeis relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. 19 **Impostos e contribuições a recolher:**

Controladora	2021	2020	2021	2020
Circulante	-	-	456.391	306.030
ICMS parcelamento (a)	-	-	89.063	19.744
Parcelamento federal	2.338	2.338	6.440	8.223
PIS e COFINS (b)	657	52	482.232	185.182
PIS e COFINS parcelamento	-	-	52.649	20.430
Encargos sociais e outros	649	354	42.720	28.976
ITSS	-	-	23.199	21.904
IRPJ	-	-	2.338	5.585
Total	3.644	2.763	1.161.032	596.074

20 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: 20.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2021	2020
Ativos:		
Prejuízo fiscal (a)	714.439	108.127
Base negativa (a)	266.742	51.122
	981.181	159.249
Diferenças temporárias	302.893	228.885
Provisão para contingências	469.719	370.504
Perdas esperadas por redução do valor recuperável do ativo	31.130	24.148
Custo de construção – CPC 47/IFRS 15	2.736.155	2.155.392
Arrendamentos – CPC 06 (R2)/IFRS 16	1.081.785	1.294.444
Outras provisões	59.955	26.333
Swap	16.878	4.022
AIC reversível	74.754	38.868
Intangível - concessão - aquisição Equatorial Pará	48.573	48.743
Condições e encargos da dívida - Aquisição Equatorial Pará	62.286	62.441
Aluguel de Piauí	66.575	76.288
Outras diferenças temporárias	52.283	28.701
Total	3.898.018	2.998.339
Passivos:	4.879.199	3.157.588

20.2 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2021	2020
Prejuízo fiscal (a)	714.439	108.127
Base negativa (a)	266.742	51.122
	981.181	159.249
Diferenças temporárias	302.893	228.885
Provisão para contingências	469.719	370.504
Perdas esperadas por redução do valor recuperável do ativo	31.130	24.148
Custo de construção – CPC 47/IFRS 15	2.736.155	2.155.392
Arrendamentos – CPC 06 (R2)/IFRS 16	1.081.785	1.294.444
Outras provisões	59.955	26.333
Swap	16.878	4.022
AIC reversível	74.754	38.868
Intangível - concessão - aquisição Equatorial Pará	48.573	48.743
Condições e encargos da dívida - Aquisição Equatorial Pará	62.286	62.441
Aluguel de Piauí	66.575	76.288
Outras diferenças temporárias	52.283	28.701
Total	3.898.018	2.998.339

20.3 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2021	2020
Prejuízo fiscal (a)	714.439	108.127
Base negativa (a)	266.742	51.122
	981.181	159.249
Diferenças temporárias	302.893	228.885
Provisão para contingências	469.719	370.504
Perdas esperadas por redução do valor recuperável do ativo	31.130	24.148
Custo de construção – CPC 47/IFRS 15	2.736.155	2.155.392
Arrendamentos – CPC 06 (R2)/IFRS 16	1.081.785	1.294.444
Outras provisões	59.955	26.333
Swap	16.878	4.022
AIC reversível	74.754	38.868
Intangível - concessão - aquisição Equatorial Pará	48.573	48.743
Condições e encargos da dívida - Aquisição Equatorial Pará	62.286	62.441
Aluguel de Piauí	66.575	76.288
Outras diferenças temporárias	52.283	28.701
Total	3.898.018	2.998.339

20.4 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2021	2020
Prejuízo fiscal (a)	714.439	108.127
Base negativa (a)	266.742	51.122
	981.181	159.249
Diferenças temporárias	302.893	228.885
Provisão para contingências	469.719	370.504
Perdas esperadas por redução do valor recuperável do ativo	31.130	24.148
Custo de construção – CPC 47/IFRS 15	2.736.155	2.155.392
Arrendamentos – CPC 06 (R2)/IFRS 16	1.081.785	1.294.444
Outras provisões	59.955	26.333
Swap	16.878	4.022
AIC reversível	74.754	38.868
Intangível - concessão - aquisição Equatorial Pará	48.573	48.743
Condições e encargos da dívida - Aquisição Equatorial Pará	62.286	62.441
Aluguel de Piauí	66.575	76.288
Outras diferenças temporárias	52.283	28.701
Total	3.898.018	2.998.339

20.5 Composição do PIS e COFINS diferidos:

	2021	2020
Prejuízo fiscal (a)	714.439	108.127
Base negativa (a)	266.742	51.122

continuação

EQUATORIAL ENERGIAS S.A. Companhia Aberta de Capital Autorizado CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73

venimento (Buller), tendo como data de vencimento final 13 de agosto de 2024. A captação tem como desdobramento a taxa de 2,1943% a.a. + I.R. (objeto de hedge), e tem um contrato de swap contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de hedge). Para mais informações ver o Relatório de Administração e o Relatório de Gestão da Companhia em 31 de dezembro de 2021, a CEEE-D. O contrato Non Deliverable Forward (NDF) com o Banco Citibank, no valor de US\$ 679,663, com o objetivo de mitigar a variação cambial da dívida em moeda estrangeira com o AFD, tendo como data de vencimento final em 31 de janeiro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o Bank of America e de R\$ 272.659 em contrato de empréstimo de R\$ 250.000, com o Banco Sumitomo Mitsui e de R\$ 239.805 (valor contratado de R\$ 250.000) e de R\$ 376.038 contratado com o Banco Citibank. Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da CEEE-D, vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020, que podem ser assim resumidos:

Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	Valor justo 2021	Valor justo 2020
Swap Hedge			
Bank of America			
Ponta ativa	US\$ + 1,96% a.a.	271.770	-
Ponta passiva	CDI + 1,50% a.a.	(22.278)	-
Total		249.492	-
Banco Sumitomo Mitsui Banking Corporation			
Ponta ativa	US\$ + 2,19% a.a.	274.449	-
Ponta passiva	CDI + 1,45% a.a.	(266.175)	-
Total		8.274	-
Non Deliverable Forward (NDF)			
Citibank - R\$ 379.269	N/A	(5.069)	-
Total		(5.069)	-
Ativo circulante		97	-
Ativo não circulante		206.265	-
Passivo circulante		(5.069)	-
Total		15.483	-

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de SWAP de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimado com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Os efeitos relativos ao item designado como instrumentos de hedge e a ineffectividade de hedge foram os seguintes:

Valor	Valor contábil 2021	Alterações no patrimônio em valor do instrumento de hedge	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação	
Risco Cambial				
Contrato de SWAP Hedge para empréstimos em moeda estrangeira	500.000	20.552	10,19	N/A

A tabela a seguir fornece uma reconciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos itens de Outros Resultados Abrangentes - ORA, líquido de impostos, resultantes da contabilidade de hedge de fluxo de caixa:

Saldo em 1º de janeiro de 2021	Reserva de Hedge
Mudanças no valor justo:	
Risco cambial - SWAP Empréstimos	10,139
Valor reclassificado para resultado:	
Risco cambial - SWAP Empréstimos	10,139

Equatorial Telecomunicações: Em 28 de dezembro de 2021, ocorreu a liberação do empréstimo em moeda estrangeira junto ao Bocom no valor de USD 3.494, equivalente a R\$ 20.000, com juros semestrais e amortização em 28 de junho de 2026 e 28 de dezembro de 2026. A captação tem custo à taxa de Libor + 1,76% a.a. + I.R. (objeto de hedge), e tem um contrato de swap contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de hedge). Em 31 de dezembro de 2021, os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o Bocom era de R\$ 19.506 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020). Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da controladora, vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, que podem ser assim resumidos:

Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	Valor justo 31/12/2021	Valor justo 31/12/2020
Bocom - R\$ 20.000			
Ponta ativa	US\$ + Libor + 2,07% a.a.	19,357	-
Ponta passiva	CDI + 1,71% a.a.	(20,024)	-
Total		(667)	-
Líquido circulante		(667)	-
Líquido não circulante		(667)	-
Total		(667)	-

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimado com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Descontamos os efeitos relativos ao item designado como instrumentos de hedge e a ineffectividade de hedge foram os seguintes:

Valor contábil 31/12/2021	Alterações no patrimônio em valor do instrumento de hedge	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação	
Risco Cambial			
Contrato de SWAP Hedge para empréstimos em moeda estrangeira	20.000	- 667	N/A

A tabela a seguir fornece uma reconciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos itens de Outros Resultados Abrangentes - ORA, líquido de impostos, resultantes da contabilidade de hedge de fluxo de caixa:

Saldo em 1º de janeiro de 2021	Reserva de Hedge
Mudanças no valor justo:	
Risco cambial - SWAP Empréstimos	(148)
Valor reclassificado para resultado:	
Risco cambial - SWAP Empréstimos	(148)

CEA: Em 31 de dezembro de 2021 a controlada Inred CEA possui contratos de swap com o Banco Scotiabank referente às operações em moeda estrangeira. Em 29 de dezembro de 2026, a Controlada Inred CEA realizou captação de recursos no valor contratado de US\$ 43.867, com juros semestrais e amortização anual tendo como data de vencimento final 29 de Dezembro de 2026. A captação tem custo à taxa de USD + 2,14% a.a. + I.R. (objeto de hedge), e tem um contrato de SWAP contabilizado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de hedge). Em 31 de dezembro de 2021, os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o Scotiabank é de R\$ 244.836 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020). Para maiores informações vide nota explicativa nº 17. Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da controlada Inred CEA, vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, que podem ser assim resumidos:

Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	Valor justo 31/12/2021	Valor justo 31/12/2020
CEA - R\$ 250.000			
Ponta ativa	US\$ + 2,52% a.a.	252,549	-
Ponta passiva	CDI + 1,85% a.a.	(267,140)	-
Total		(14,591)	-
Líquido circulante		(14,591)	-
Líquido não circulante		(14,591)	-
Total		(14,591)	-

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimado com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Descontamos os efeitos relativos ao item designado como instrumentos de hedge e a ineffectividade de hedge foram os seguintes:

Valor contábil 31/12/2021	Alterações no patrimônio em valor do instrumento de hedge	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação	
Risco Cambial			
Contrato de SWAP Hedge para empréstimos em moeda estrangeira	250.000	- 14.591	N/A

A tabela a seguir fornece uma reconciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos itens de Outros Resultados Abrangentes - ORA, líquido de impostos, resultantes da contabilidade de hedge de fluxo de caixa:

Saldo em 1º de janeiro de 2021	Reserva de Hedge
Mudanças no valor justo:	
Risco cambial - SWAP Empréstimos	9,217
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9,217

33.3 Gerenciamento dos riscos financeiros: O Conselho de Administração da Companhia, bem como de suas controladas têm a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos são descritos a seguir em um diagrama de riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialização. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para a prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas aderem às suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da Companhia, supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria. Para o exercício final em 31 de dezembro de 2021, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

Passivos financeiros não derivativos	2021	2020
Títulos de dívida emitidos sem garantia	2.448.387	3.457.780
Subtotal - Debêntures	2.448.387	3.457.780
Passivo de arrendamento financeiro	517	590
Fornecedores	2.957	2.957
Total	2.451.861	3.461.327

Passivos financeiros não derivativos	2021	2020
Títulos de dívida emitidos sem garantia	14.801.455	23.167.139
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	14.801.455	23.167.139
Empréstimos bancários com garantia	131.640	158.865
Empréstimos bancários sem garantia	791.654	2.088.576
Total	15.704.749	25.614.580

Passivo de arrendamento financeiro	2021	2020
Fornecedores	4.298.453	4.962.798
Total	4.298.453	4.962.798

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa brutos não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encobertos antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado em notas explicativas nº 17 - Empréstimos e financiamentos e nº 18 - Debêntures, a Companhia e suas controladas possuem operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (covenants). O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais restritivas pode exigir que a Companhia libere a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas. (III) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - possam afetar o valor da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de envolvimento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos adiante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia e suas controladas utilizam derivativos para gerar recursos de mercado. Todas essas operações são conduzidas observando o comportamento do mercado e obedecendo a política de hedge da Companhia e suas controladas. Geralmente, a Companhia e suas controladas buscam aplicar hedge accounting para gerenciar a volatilidade no resultado. (IV) Risco de taxa de câmbio: Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas não serem capazes de receber os recursos em moeda estrangeira, devido à necessidade de recursos em moeda nacional para pagar fornecedores e outros custos. A Administração monitora continuamente as variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição ao câmbio da controlada Equatorial Maranhão é de 16,9% (0% em 31 de dezembro de 2020), da controlada Equatorial Pará é de 16,5% (26,4% em 31 de dezembro de 2020), da controlada Equatorial Piauí é de 24,9% (17,5% em 31 de dezembro de 2020), da controlada CEEE-D é de 29,0% e da controlada CEA é de 32,9% e da controlada Equatorial Telecomunicações é de 100%, de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, credores financeiros de recuperação judicial e AVP de credores financeiros em moeda estrangeira), conforme demonstrado a seguir: Reconhecimento:

Classe consumidora	2021	2020
Residencial	56%	59%
Industrial	6%	6%
Comercial	16%	15%
Rural	5%	5%
Podér público	8%	8%
Integração política	11%	11%
Serviço público	3%	4%
Total	100%	100%

As controladas da Companhia do segmento de distribuição registram uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas incorridas referentes a Contas a receber de clientes, com o valor apresentado na nota explicativa nº 8. Para o exercício final em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a provisão máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes, por classe consumidora, estava assim apresentada:

Classe consumidora	2021	2020
Residencial	454.674	36.451
Industrial	1.099.987	162.501
Comercial	380.951	53.696
Rural	322.823	42.775
Podér público	206.711	119.922
Integração política	175.736	23.109
Serviço público	-	2.825
Concessionária e permissionária	6.308.119	808.289
Total	9.742.942	3.703.321

Classe consumidora	2020	2021
Residencial	56%	59%
Industrial	6%	6%
Comercial	16%	15%
Rural	5%	5%
Podér público	8%	8%
Integração política	11%	11%
Serviço público	3%	4%
Total	100%	100%

33.4 Gerenciamento dos riscos financeiros: O Conselho de Administração da Companhia, bem como de suas controladas têm a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos são descritos a seguir em um diagrama de riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialização. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para a prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas aderem às suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da Companhia, supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria. Para o exercício final em 31 de dezembro de 2021, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

Passivos financeiros não derivativos	2020	2021
Títulos de dívida emitidos sem garantia	14.801.455	23.167.139
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	14.801.455	23.167.139
Empréstimos bancários com garantia	131.640	158.865
Empréstimos bancários sem garantia	791.654	2.088.576
Total	15.704.749	25.614.580

2021

comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos no período histórico analisado de 5 (cinco) anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pelas controladas da Companhia, exceto CEEE-D, em decorrência da adesão da CEEE-D à estrutura com base nos valores recebíveis dos consumidores, segregando por fatiamento e parcelamento pelas classes de consumidores, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos. **Perdas estimadas em créditos de liquidação divúvia (Controladas distribuidoras da Companhia, exceto CEEE-D):**

Saldo contábil bruto	ponderada pela perda	Saldo contábil bruto	ponderada pela perda			
Parcelamentos		Parcelados				
A Vencer	1.888.786	23,71%	447.902	1.146.377	4,12%	47.199
Vencido 1 a 30	49.205	25,75%	12.673	570.682	7,39%	42.169
Vencido 31 a 60	36.826	37,38%	13.691	181.419	18,09%	32.826
Vencido 61 a 90	25.225	50,70%	10.495	102.944	30,27%	29.438
Vencido 91 a 120	26.088	56,34%	14.698	85.483	36,40%	31.117
Vencido 121 a 150	23.870	59,61%	14.230	71.242	39,43%	28.090
Vencido 151 a 180	22.787	61,59%	14.035	58.256	41,06%	24.382
Vencido 181 a 210	21.930	64,08%	14.052	48.736	43,07%	20.986
Vencido 211 a 240	21.075	65,63%	13.836	41.199	44,65%	20.626
Vencido 241 a 270	21.373	66,97%	14.314	46.139	44,85%	20.695
Vencido 271 a 300	19.826	68,10%	12.888	37.414	45,01%	16.840
Vencido 301 a 330	20.751	68,26%	14.164	48.833	44,10%	22.511
Vencido 331 a 360	20.829	68,83%	14.336	75.293	44,46%	33.460
Vencido 361 a 390	18.415	69,48%	11.405	40.949	44,84%	19.589
Vencido 391 a 420	19.367	69,71%	13.502	41.383	48,27%	19.977
Vencido 421 a 450	17.605	70,25%	12.367	37.499	45,51%	18.190
Vencido 451 a 480	96.808	72,54%	70.227	166.588	52,29%	87.112
Vencido 481 a 510	49.483	75,53%	37.374	114.962	58,58%	67.340
Vencido 511 a 540	42.967	81,27%	45.004	189.850	63,88%	121.284
Vencido 541 a 570	35.678	91,23%	32.549	125.281	73,86%	92.530
Vencido 571 a 1890	27.796	93,13%	25.886	135.255	86,55%	117.063
Vencido Maior 1890	2.551,01	95,59%	244.715	1.045.194	89,93%	3.929.924
Total	3.019.148		1.307.159	5.115.145		2.284.628

PECLD Outros (Controladas distribuidoras da Companhia, exceto CEEE-D):

Outros fatiados	Faturado	Saldo PECLD outros fatiados		
Faixa				
A Vencer	83.562	4,12%	3.453	
Vencido 1 a 30	12.532	14,06%	1.007	
Vencido 31 a 60	8.065	18,09%	1.048	
Vencido 61 a 90	3.133	30,27%	1.097	
Vencido 91 a 120	3.000	39,40%	1.092	
Vencido 121 a 150	3.483	36,40%	1.377	
Vencido 151 a 180	2.522	41,06%	1.376	
Vencido 181 a 210	1.555	44,65%	670	
Vencido 211 a 240	1.134	44,65%	570	
Vencido 241 a 270	1.625	44,85%	729	
Vencido 271 a 300	781	45,01%	396	
Vencido 301 a 330	5.070	45,01%	4.382	
Vencido 331 a 360	1.521	44,44%	1.381	
Vencido 361 a 390	2.886	47,86%	1.676	
Vencido 391 a 420	3.428	48,27%	1.655	
Vencido 421 a 450	4.248	48,51%	2.061	
Vencido 451 a 480	6.947	52,29%	3.474	
Vencido 481 a 510	6.109	58,58%	3.578	
Vencido 511 a 540	5.707	60,87%	3.474	
Vencido 541 a 570	11.574	60,16%	6.962	
Vencido 571 a 1890	5.568	61,34%	3.415	
Vencido Maior 1890	18.415	69,48%	14.405	4,88%
Vencido 1171 a 1350	10.831	63,40%	6.740	
Vencido 1351 a 1530	7.123	65,44%	4.661	
Vencido 1531 a 1710	7.606	76,60%	3.644	
Vencido 1711 a 1890	9.234	88,56%	3.254	
Maior 1890	78.234	91,25%	60.878	
Total	227.246		84.173	

PECLD não fatiados (Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí Equatorial Alagoas e CEA)

Saldo contábil bruto não fatiados	% da perda média	ponderada pela perda não fatiados	Saldo
Faixa			
A Vencer	540,854	4,12%	22,283
Total	540,854	4,12%	22,283

Perdas estimadas em créditos de liquidação divúvia (CEE-E-D): a controlada da Companhia adota o modelo de PECLD a partir das condições previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, que trata sobre a provisão dos recebíveis para classes de consumo regular. A PECLD é constituída com base nos valores recebíveis dos consumidores, segregando por fatiamento e parcelamento pelas classes de consumidores, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos. **Aging parcelamento saldos a vencer:**

2022	2023	2024	2025	2026	Total
Residencial	76.707	32.748	6.451	1.433	113.337
Industrial	4.677	1.376	1.005	221	7.279
Comercial	20.633	11.437	5.210	29,617	66.897
Rural	3.641	1.245	275	37	5.199
Podér público	15.567	8.365	8.944	163.587	196.463
Integração política	7.363	7.161	7.080	32.386	53.990
Serviço público	125	8	-	-	133
Concessionárias e permissionárias	21.798	62.338	28.377		

EQUATORIAL ENERGIA S.A. | Companhia Aberta de Capital Autorizado | CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73

equivalente a R\$ 250.000, cujo recurso é destinado a capital de giro da controladora da Companhia, com proteção de SWAP de 100% da exposição cambial para a taxa de CDI+1,48%a.a., e vencimento final em 07 de fevereiro de 2025. **Equatorial Transmissão: Aumento de capital:** Em 24 de fevereiro de 2022, conforme a ata de Reunião de Administração da Equatorial Transmissão S.A., houve aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 7.034.084, com a emissão de 6.284.000.000 ações. **Aumento de capital e distribuição de dividendos adicionais:** Em 22 de março de 2022, conforme a ata de Reunião de Administração da Equatorial Transmissão S.A., houve aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 104.060, mediante a integralização de reserva de lucros, sem a emissão de novas ações. Adicionalmente, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 51.574. **Aquisição de 100% das ações do capital social da Ecoenergia Participações S.A.:** Em 03 de março de 2022, foi assinado o Contrato de compra e venda de ações, entre a Equatorial Energia (Controladora da Companhia) e a piranga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, nos termos do qual as partes acordaram, dentre outras matérias, a aquisição pela Equatorial Energia, direta e indiretamente, de 100% das ações representativas do capital social da Ecoenergia Participações S.A., sujeito a implementação de determinadas condições precedentes. Com o fechamento, a Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Equatorial Energia, tornou-se titular de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Ecoenergia, pagando o valor de R\$ 7.034.084, que representa o valor informado no fato relevante após a correção do CDI e ajustes sucessivos de fechamento em operações dessa natureza, observado que tal valor permanece sujeito a novos ajustes positivos ou negativos após o fechamento, nos termos do contrato. **SPE 02: Celebração de mútuo entre a controladora da Companhia, Equatorial Energia, e a SPE 02** Em 17 de janeiro de 2022, a Equatorial Energia celebrou na qualidade de "mutuante" o instrumento particular de mútuo pecuniário com a Equatorial Transmissão 2 SPE S.A. "mutuária", conforme previamente anuído pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - por meio do Despacho nº 3.085 de 18 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 4.017, com o custo de 105,5% do CDI e vencimento final em 27 de janeiro 2022. **CEE-E: Paridade contributiva nos planos de benefícios CEEE-PREV:** Em 25 de fevereiro de 2022, foi proferida decisão pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), concedendo tutela antecipada ao pedido da CEEE-D, para atribuir eficácia imediata à sentença proferida

em 14 de outubro de 2021, que reconheceu a inobservância da paridade contributiva no plano de benefício CEEE-PREV, fazendo cessar, a contar da sentença, o pagamento das contribuições que superam tal limite, incluindo a recomposição de 3% (três por cento) referente aos benefícios de participantes ativos migrados em 2002. **Controladas distribuidoras de energia elétrica da Companhia: Conta Escassez Hídrica (Medida Provisória nº 1.078/2021 e pelo Decreto nº 10.939/2022):** Em 15 de março de 2022, determinada pela ANEEL, aprovou os critérios e os procedimentos para a criação de crédito visando reduzir os impactos financeiros dos custos referentes ao período de escassez hídrica de 2021. Os recursos aprovados totalizam R\$ 5,3 bilhões para todo o Brasil e serão repassados às distribuidoras conforme os quantitativos a serem solicitados pelos agentes e aprovados pela ANEEL. As distribuidoras possuem 10 dias, após a publicação da resolução normativa, para declarar os montantes de recursos que pretendem captar, limitados ao teto estabelecido pela ANEEL. O pagamento do empréstimo por parte dos consumidores ocorrerá por meio do encargo mensal "CDE - Escassez Hídrica" o qual será inserido no cálculo das tarifas de energia elétrica a partir dos processos tarifários de 2023. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) mediará as transações, sendo a responsável pela contratação das operações de crédito e pela gestão da Conta Escassez Hídrica. **Equatorial Energia Distribuição: Distribuição de dividendos adicionais** Em 22 de março de 2022, conforme a ata de Reunião da Diretoria, houve aprovação de dividendos adicionais de R\$ 117.933. **Equatorial Pará: Distribuição de dividendos adicionais:** Em 22 de março de 2022, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 83.753, sendo R\$ 40.761 decorrentes do resultado do exercício e R\$42.992 oriundos de reserva de investimentos. **Equatorial Maranhão: Distribuição de dividendos adicionais:** Em 22 de março de 2022, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 143.577, sendo R\$ 101.304 decorrentes do resultado do exercício e R\$ 42.273 oriundos de reserva estatutária de reforço de capital de giro. **Equatorial Alagoas: Aumento de capital social:** Conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 22 de março de 2022, houve aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 309.553, sem a emissão de novas ações.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Am Conselho de Administração e Diretoria da Equatorial Energia S.A. São Luis - MA **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Equatorial Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutuações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as respectivas notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Bases para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria inclui a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Reconhecimento da receita de energia distribuída mas não faturada** As receitas das controladas da Companhia (Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. e Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A., Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D e Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA) são oriundas, principalmente, do fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independentemente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 808.289 mil em 31 de dezembro de 2021 e está divulgado na nota explicativa nº 8 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de jul-

gamentos por parte da administração acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta. Como nossa auditoria conduziu esse assunto Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho relacionado aos controles internos das controladas da Companhia para o cálculo da receita não faturada; (ii) a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; (iii) utilização dos nossos especialistas em auditoria de sistemas para nos auxiliar nos testes de integridade, da precisão dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada; e (iv) o cálculo da estimativa da receita de fornecimento não faturado. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Combinação de negócios** Conforme detalhado nas notas explicativas 4.1.1.1 e 4.1.1.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Equatorial Energia S.A., concluiu em 08 de julho de 2021 e em 23 de novembro de 2021, todas as condições previstas nos editais dos leilões nº 01/2020 - Alienação de Ações Ordinárias e Preferenciais da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D e "BNDES n.º 01/2021 - CEA" para as aquisições dos controles acionários da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEE-E-D) e Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA ("CEA"), respectivamente, companhias que atuam no mesmo segmento de negócio das principais controladas da Equatorial Energia S.A. A contraprestação transferida por essas aquisições é no montante, respectivamente, de R\$ 145 mil e R\$ 400.050 mil. Estas transações foram contabilizadas pela aplicação do método de aquisição (CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios/IFRS 3 - Business Combinations), que requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine: (i) a data de aquisição efetiva do controle, (ii) o valor justo da contraprestação transferida, (iii) o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a (iv) apuração dos resultados auferidos na combinação de negócios. Tais procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios adquiridos, e são sujeitos a um elevado grau de incerteza. Em razão do alto grau de julgamento relacionado, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a leitura dos documentos que formalizaram a operação, e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle acionário das companhias adquiridas, e a determinação do valor justo da contraprestação transferida; (ii) análise das informações financeiras das companhias adquiridas e discussão com a Administração acerca da consistência das práticas e estimativas contábeis, além do entendimento do fluxo das transações relevantes e exame dos saldos contábeis significativos das adquiridas; (iii) avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas externos envolvidos na mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iv) com auxílio de nossos especialistas em modelos de valorização, analisamos as premissas e metodologia utilizadas pela administração da Companhia, relacionadas à mensuração dos valores justos e alocações, na data da aquisição, aos ativos adquiridos e passivos assumidos; (v) revisão dos relatórios das diligências ("due diligences") conduzidas pela Companhia, com auxílio de especialistas externos; e (vi) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia em relação ao tema. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento dos efeitos contábeis das combina-

Conselho de Administração

Carlos Augusto Leone Pian; Guilherme Mexias Aché; Luis Henrique de Moura Gonçalves; Paulo Jerônimo Bandeira de Melo Pedra; Tania Szlamfarer Chocolat; Tiago de Almeida Noel; Eduardo Haimes; Augusto Miranda da Paz Júnior

Conselho Fiscal

Titulares: Saulo de Tarso Alves de Lara; Maria Salete Garcia Pinheiro; Vanderlei Dominguez da Rosa
Suplentes: Paulo Roberto Franceschi; Claudia Luciana Ceccato de Trotta; Ricardo Bertucci

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou serviços de auditoria e consultoria fiscal durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Augusto Miranda da Paz Júnior, Diretor-Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; José Silva Sobral, Diretor; Sérgio Túlio dos Santos, Diretor; Humberto Luis Queiroz Nogueira, Diretor; e Tinn

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior - Diretor Presidente; Tinn Freire Amado - Diretor Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Humberto Luis Queiroz Nogueira - Diretor; José Silva Sobral Neto - Diretor Bruno Cavalcanti Coelho - Diretor; André Luiz Barata Pessoa - Diretor Geovane Ximenes de Lira - Superintendente de Contabilidade e Tributos Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Equatorial Energia S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalva, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S em 22 de março de 2022, opina que os referidos

documentos, bem como a proposta da destinação do lucro do exercício e o orçamento de capital estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral. Brasília, 22 de março de 2022.

Paulo Roberto Franceschi

Vanderlei Dominguez da Rosa

Saulo Tarso Alves de Lara

ções de negócios e suas respectivas divulgações, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas aplicadas sobre as combinações de negócios pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.1.1.1 e 4.1.1.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos** **Demonstrações do valor adicionado** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro

de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar nossa opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Fortaleza, 22 de março de 2022. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC 25P015199/O-6 Carlos Santos Mota Filho Contador CRC PE020728/O-7-T-CE